



## Comissão debate reforma amanhã e vota na quarta

Proposta de mudanças na lei trabalhista será tema de duas audiências. Um acordo com o governo garantiu que a oposição não fará obstrução à análise no dia seguinte

Dois audiências vão discutir amanhã a proposta de reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), preparando os senadores para votar o projeto na quarta. Os debates são resultado de acordo entre governo e oposição, que promete não fazer manobras para atrasar os trabalhos nem obstruir a votação. O texto já passou pelas Comissões

de Assuntos Econômicos, onde foi aprovado com a versão que veio da Câmara, e de Assuntos Sociais, onde foi acatado voto em separado de Paulo Paim. Na sexta-feira, o senador voltou a apresentar um relatório alternativo, agora na CCJ. Eduardo Braga também apresentou voto pela rejeição da proposta. A reforma trabalhista ainda será analisada pelo Plenário. **3**



Eunício Oliveira preside sessão ao lado de Antonio Anastasia, autor da PEC

## Senado deve votar Simples Municipal nesta semana

O Senado está prestes a votar um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios. A PEC que cria o Simples Nacional está pronta para votação em primeiro turno. O objetivo

é facilitar a liberação de recursos e a fiscalização das prestações de contas de verbas vindas de transferências voluntárias e da União. A norma contempla municípios de até 15 mil habitantes. **3**

João Alberto arquiva representação contra Aécio **2**

Sancionada lei que libera venda de inibidor de apetite **3**

MP de regularização fundiária voltará à Câmara, diz STF **4**

Senado publica livros com leis sobre educação **2**

Projeto sobre fim de sigilo bancário gera debate **4**

## Relator, Hélio José fala sobre trabalhos da CPI da Previdência

A comissão parlamentar de inquérito que está investigando se há déficit na seguridade social está completando um mês de funcionamento. Para o relator do colegiado, Hélio José, as audiências públicas — que já reuniram o Judiciário, bancos e frigoríficos — vêm demons-

trando que o suposto prejuízo da Previdência está sendo “forçado”.

No que diz respeito à proposta do governo para reformar o setor, o senador se mostrou contrário às regras e disse esperar que aposentados e trabalhadores não saiam prejudicados. **3**



Hélio José também falou sobre a reforma trabalhista em análise no Senado



Ilana reafirma compromisso da Casa com a economia de recursos públicos

## Ações sustentáveis do Senado são apresentadas em seminário

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, mostrou na quinta-feira, em evento no Tribunal de Contas da União, as práticas da Casa no que diz respeito à sustentabilidade e à economia

de recursos. Ela destacou que a sustentabilidade é um valor obrigatório na administração pública e que as mudanças aumentaram a consciência ambiental do servidor do Senado. **2**

## Instituição Fiscal Independente avalia queda na receita de maio

Comparada ao mesmo mês do ano passado, a arrecadação federal em maio de 2017 registrou queda de 1%, segundo nota da Instituição Fiscal Independente, órgão técnico do Senado. O que contribuiu para a redução foi o recuo da tributação sobre produção, lucros e faturamento.

Os autores do estudo advertem que a leve recuperação econômica registrada nos últimos 12 meses requer cuidados porque não é homogênea em todos os setores e nem sempre está ligada a atividades produtivas. Segundo eles, é preciso levar em conta receitas não recorrentes ou administradas por outros órgãos federais. **4**

JOVEM SENADOR 2017

# BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em [www.senado.leg.br/jovemsenador](http://www.senado.leg.br/jovemsenador)

Parceria:

Realização:



# Diretora-geral mostra ações sustentáveis do Senado

Em evento do Poder Judiciário, Ilana Trombka falou sobre práticas da Casa que permitiram economizar água e luz, aumentar investimentos e melhorar a consciência ambiental dos servidores

A DIRETORA-GERAL DO Senado, Ilana Trombka, participou na quinta-feira do evento Sustentabilidade na Administração Pública e do 4º Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário, onde falou sobre a experiência da Casa no painel sobre práticas sustentáveis inovadoras na administração pública federal. Ela explicou que, desde 2009, a instituição vem buscando caminhos para “alcançar uma maturidade organizacional, sem desprezar as conquistas do passado”.

— Com o tempo, abriu-se espaço para que os servidores, e não somente a direção, fizessem compromissos com o Senado. Conseguimos economizar e devolver recursos ao Tesouro, aumentar a capacitação do corpo funcional e fazer o investimento crescer.

Ilana citou as medidas tomadas nos últimos anos que representaram “compromisso com os recursos públicos e com o meio ambiente, trazendo economia e racionalidade”.

— O processo eletrônico levou à redução de 40% do uso de papel e houve a diminuição de 50% do número de impressoras. A compra de copos de



Segundo Ilana Trombka, o Senado está comprometido com o meio ambiente

vidro, com manutenção de apenas 10% da aquisição de copos descartáveis, e o desligamento do ar condicionado para economizar água e luz enfrentaram resistências, mas hoje têm plena aplicação e excelente resultado — disse.

## Sustentabilidade

O diretor da Coordenação de Compras da Câmara dos Deputados, Renato Fenili, também participou do painel. Ele ressaltou que há mais de duas décadas se discute sustentabilidade, o que pode levantar hipóteses de que ou as práticas continuam em evolução ou o paradigma ainda não está vigente enquanto prática

institucionalizada. O servidor disse que é preciso tornar o assunto um lugar comum e não focar em casos de sucesso ou tratá-lo como inovação.

Assessora de gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Scartezini abordou a importância de os gestores públicos pensarem sobre gestão sustentável.

No encerramento do evento, foi assinado acordo de cooperação técnica em acessibilidade entre Senado, Câmara, STJ, Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

# Senado lança livros sobre leis que disciplinam educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a educação básica são os temas de duas novas publicações do Senado.

A primeira, *LDB*, traz o texto das duas leis de diretrizes já feitas: a 9.394/1996 e a 4.024/1961.

A Lei 9.394/1996 regulamenta o sistema educacional do país, do nível básico ao superior, tanto no âmbito público quanto no privado. Ela reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição, e define as responsabilidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O volume apresenta o texto da LDB anterior (Lei 4.024/1961) pois alguns dos dispositivos não foram revogados pela lei vigente, promulgada há mais de 20 anos.

A segunda publicação, *Educação Básica*, inclui as Leis 9.394/1996 e 4.024/1961 e os dispositivos constitucionais pertinentes ao tema. A obra traz também 20 normas correlatas, entre as quais a Lei 13.415/2017, que alterou a LDB de 1996.

A coletânea reúne leis e decretos relacionados ao estudante, ao professor e às instituições. A versão digital

de *Educação Básica* pode ser baixada gratuitamente.

Criada em 2006, a Livraria do Senado, que participa de feiras em várias capitais do país, oferece 358 títulos, dos quais 201 podem ser baixados gratuitamente pela internet nos formatos ePub e PDF. A venda é a preço de custo e não há cobrança de frete.

Os livros, por R\$ 3 e R\$ 6, podem ser comprados pela internet ou na loja localizada na Gráfica do Senado.

Para comprar:  
 • <http://bit.ly/livroLDB>  
 • <http://bit.ly/livroEducaoBasica>

# João Alberto arquiva processo contra Aécio e Randolfe pretende recorrer

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), determinou na sexta-feira o arquivamento da representação contra o senador afastado por decisão judicial Aécio Neves (PSDB-MG).

— Indeferi por falta de provas — disse João Alberto.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) anunciou que vai entrar com recurso contra a decisão. Ele tem prazo de até dois dias úteis e precisa de assinaturas de cinco titulares do conselho. A representação por quebra de decoro contra Aécio foi apresentada em maio pela Rede e pelo PSOL e havia sido recebida no dia 19 pelo senador João Alberto.

— Eu espero que o Conselho de Ética do Senado cumpra o seu papel com a ética. Não há condições algumas de o senador Aécio Neves não ter infringido o Código de Ética e Decoro Parlamentar — afirmou Randolfe.

O senador argumentou que as provas apresentadas na representação são “recortes de jornais, de revistas e fitas gravadas que não dizem nada que culpe o senador Aécio Neves”.

— Não há elementos convincentes para que se abra um processo. A minha consciência diz que não cabe, por falta de provas, abrir processo — argumentou o presidente do conselho.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA
<p><b>PARLASUL Reunião</b> 8h O Parlamento do Mercosul se reúne em Montevideu, no Uruguai.</p> <p><b>CDH Funai</b> 9h30 Audiência para ouvir o ex-presidente da Funai Antônio Fernandes Costa.</p> <p><b>PLENÁRIO Pronunciamentos</b> 14h Sessão não deliberativa, para pronunciamentos dos senadores.</p> <p><b>CPI DA PREVIDÊNCIA Debate</b> 14h30 Audiência sobre estimativa populacional adotada pelo governo, com a participação do IBGE e do Inpe.</p>	<p><b>CCT Banda larga</b> 9h A comissão faz audiência sobre a Política Nacional de Banda Larga.</p> <p><b>CJ Cobrança de água e esgoto</b> 9h Na pauta de oito itens, projeto que separa cobrança de água e esgoto.</p> <p><b>CAE Fechamento de empresas</b> 10h Entre os 18 itens da pauta, o projeto que estabelece em dois dias úteis o prazo para fechamento de empresas.</p> <p><b>CCJ Reforma trabalhista</b> 10h/15h A comissão faz duas audiências públicas para debater a reforma trabalhista. Entre os convidados, representantes do Tribunal Superior do Trabalho, da Confederação Nacional da Indústria e do Ministério Público do Trabalho.</p> <p><b>SESSÃO SOLENE Igreja Universal</b> 11h Homenagem ao 40 anos de fundação da Igreja Universal do Reino de Deus.</p> <p><b>CE Apoio psicológico na escola</b> 11h30 Análise de projeto sobre apoio psicológico a alunos e professores do ciclo básico.</p>	<p><b>CMA Agrotóxicos</b> 11h30 Na pauta de 11 itens, projeto que padroniza locais para armazenamento de agrotóxicos.</p> <p><b>CMO LDO 2018</b> 14h Audiência para discutir o projeto da LDO 2018, com a participação do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.</p> <p><b>MP 775/2017 Operações financeiras</b> 14h30 A comissão aprecia relatório da MP, sobre mudança de registro de garantias em operações financeiras.</p> <p><b>CCT Verba para a ciência</b> 8h30 Análise de projeto que destina 1% da arrecadação de loterias para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.</p> <p><b>CDR Mapa do Turismo</b> 8h30 Entre os nove itens da pauta, projeto que institui o Mapa do Turismo.</p> <p><b>CAS Demissão sem justa causa</b> 9h A comissão analisa projeto que protege trabalhador de demissão sem justa causa.</p> <p><b>CTFC Publicidade</b> 9h Na pauta, proposta que proíbe mensagens subliminares em propagandas.</p> <p><b>CCJ Reforma trabalhista</b> 10h A comissão debate e vota o projeto da reforma trabalhista.</p> <p><b>MP 774/2017 Desonerações</b> 14h30 A comissão da MP, que acaba com desonerações da folha de pagamento, analisa relatório.</p> <p><b>MP 778/2017 Dívidas previdenciárias</b> 14h30 A comissão da MP, sobre renegociação de dívidas previdenciárias de estados e municípios, faz debate.</p>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)



# Reforma da CLT tem debates amanhã e votação na quarta

Comissão de Constituição e Justiça fará uma audiência pela manhã e outra à tarde, com acordo de a oposição não obstruir a votação, na quarta-feira. Projeto recebeu relatórios alternativos de Paim e Braga

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) promove duas audiências amanhã para discutir a proposta de reforma trabalhista (PLC 38/2017). Os debates são resultado de acordo firmado entre o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e a oposição, que promete não fazer manobras para atrasar os trabalhos nem obstruir a votação do projeto, marcada para quarta-feira, às 10h.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que relatou a proposta nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), já avisou que a votação do relatório, agora de Jucá, na CCJ vai ocorrer, mesmo que a reunião entre pela madrugada. — Acredito que a votação vai ocorrer de madrugada, até pelo debate que vamos fazer. É natural, é do processo democrático que todos expressem suas convicções e divergências. Mas vamos esgotar esse tema na Comissão de Justiça na quarta-feira — afirmou.

Animados pela recente vitória na CAS, quando o relatório

de Ferraço foi derrubado, os opositores acreditam que poderão virar o jogo também na CCJ ou, posteriormente, no Plenário.

— Na CAS ganhamos por um voto. O voto da consciência, da humanização e da esperança. Semana que vem [nesta semana] é na CCJ. Antes, vamos ouvir juristas, empresários e sindicalistas. Quero ver um só que tenha coragem de defender esse projeto como está — disse Paulo Paim (PT-RS).

A reforma trabalhista tem sido avaliada pela população na consulta pública aberta no e-Cidadania, no portal do Senado. Até sexta-feira, 129,5 mil pessoas se manifestaram contra a proposta. Apenas 5,7 mil registraram voto a favor.

## Participantes

A primeira audiência pública de amanhã está marcada para as 10h. Participam da mesa a ministra Delaide Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); os juizes do Trabalho Marlos Melek e Rodrigo Dias; o procurador-geral

do Trabalho, Ronaldo Fleury; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade; e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas.

A segunda começa às 15h. Os senadores devem ouvir o presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson de Araújo; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano da Costa; o professor da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) Antônio Galvão Peres; o presidente do PSB, Carlos Siqueira; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano; e o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista na Câmara.

O requerimento para as duas audiências públicas é de Paim.

A consulta pode ser acessada em: <http://bit.ly/consultaPLC38>



Paim e Braga propuseram relatórios alternativos, contrários ao texto da Câmara



Fotos: Roque de Sá/Agência Senado

## Paulo Paim apresenta voto em separado, pela inconstitucionalidade da proposta

Por considerar que o projeto da reforma trabalhista fere a Constituição, Paulo Paim apresentou voto em separado na CCJ. O relatório alternativo foi elaborado com a ajuda de entidades representativas de especialistas, advogados e juizes. Para o senador, a proposta do governo Temer deve ser integralmente rejeitada por ameaçar o “projeto de sociedade” que se consolidou no Brasil ao longo do último século.

O voto de Paim é o segundo recebido pela CCJ que defende a rejeição completa da reforma trabalhista. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) fez o mesmo na quinta-feira.

O relatório oficial de Romero Jucá é pela aprovação do projeto como veio da Câmara dos

Deputados, sem alterações.

Braga apontou itens do projeto que considera contrários aos direitos do trabalhador e afirma que a proposta não merece a chancela do Parlamento. Ele é mais um peemedebista a se manifestar contra a reforma, a exemplo de Renan Calheiros (AL), Roberto Requião (PR) e Hélio José (DF). Segundo Paim, essa rejeição é óbvia e reflete a perversidade da proposta:

— É a desumanização da ação política. O homem se transforma num opressor. O país passa a ser uma grande senzala, não só de negros, mas com brancos, idosos, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade. Isso não é um processo natural do mundo do trabalho. É desumano.

## Plenário pode votar nesta semana criação do Simples Municipal

Pode ser aprovada nesta semana, no Senado, a criação do Simples Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios. A PEC 77/2015 já passou por cinco sessões de discussão e está pronta para a votação em primeiro turno.

De Antonio Anastasia (PSDB-MG), o texto busca garantir tratamento diferenciado aos pequenos municípios, facilitando a prestação de contas e o acesso a recursos. Entre os problemas dos municípios, destaca o senador, estão a escassez de estrutura e de mão de obra qualificada.

Pelo texto, a obrigatoriedade dos municípios de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei ao arrecadarem os impostos será diferenciada para os de menor porte. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que, inicialmente, serão considerados municípios pequenos os com até 15 mil habitantes, universo que engloba quase 60% dos municípios brasileiros.

## Outros textos

Os senadores também podem votar em segundo turno proposta que inclui o crime de estupro na lista de delitos

imprescritíveis e inafiançáveis. Pela PEC 64/2016, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotará com o passar do tempo e não será possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento em liberdade mediante fiança. Hoje o tempo de prescrição pode se estender a até 20 anos.

Também estão na lista do Plenário a PEC 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e a PEC 113A/2015, que reduz da idade mínima para os cargos de governador e vice dos atuais 30 para 29 anos.

Outro projeto na pauta é o que unifica a alíquota do ICMS incidente sobre o querosene de aviação (PRS 55/2016), que passaria de 25% para 12% em todos os estados.

Também podem ser votados requerimentos de urgência para dois projetos. O PLC 57/2017 cancela precatórios e requisições de pequeno valor federais cujos valores não tenham sido sacados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em banco oficial. Já o PLS 7/2016 acaba com o sigilo bancário das operações de financiamento do BNDES.

## Hélio José faz balanço da CPI da Previdência Social

O relator da CPI da Previdência, Hélio José (PMDB-DF), fez um balanço do primeiro mês do colegiado. Segundo ele, o objetivo da CPI é apontar caminhos sustentáveis para o sistema previdenciário, com mudanças que não venham a



Para relator, audiências mostram que não há déficit na seguridade social

prejudicar trabalhadores, aposentados e servidores públicos.

Para o senador, a proposta de reforma da Previdência não merece ser aprovada:

— Até agora os trabalhos foram bastante esclarecedores. As audiências públicas desmistificaram alguns dados contraditórios que estão sendo colocados para forçar um déficit da Previdência.

Hélio José disse que o relatório vai propor o endurecimento da legislação de cobrança de dívidas previdenciárias e buscar dispositivos que acelerem os processos judiciais de cobrança, que atualmente chegam a durar até 20 anos.

— Precisamos mudar a legislação para garantir que os

grandes devedores da Previdência não arrumem jeitinhos e tenham que pagar e que os processos sejam ágeis.

Ele também criticou a reforma trabalhista (PLC 38/2017). Para Hélio José, os senadores têm o direito e o dever de fazer as alterações que acharem necessárias na proposta. Para o senador, o projeto vai aumentar o desemprego e precarizar as condições de trabalho.

— A reforma trabalhista, da forma que está, é altamente lesiva ao trabalhador. Não é uma reforma adequada. Apoio o governo em tudo aquilo que é bom para a sociedade, mas não apoio medidas que são lesivas para a classe trabalhadora — disse.

## Lei permite produção e venda de inibidor de apetite

Estão liberadas a produção e a venda de medicamentos para emagrecer que tenham inibidores de apetite, segundo lei sancionada na sexta-feira pelo presidente em exercício, Rodrigo Maia.

A lei decorre de projeto (PLC 61/2015) do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), aprovado no Senado — com emenda do ex-senador Donizeti Nogueira, acatada por Otto Alencar (PSD-BA), para exigir classi-

ficção tarja preta. Com isso, a venda desses produtos fica condicionada à apresentação da receita especial, que fica retida com o farmacêutico.

O uso de sibutramina, anfetramona, femproporex e mazindol havia sido restringido e, em alguns casos, proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2011, devido ao risco de problemas cardíacos.

A medida gerou reação

de médicos e pacientes, e o Congresso promulgou o Decreto Legislativo 273/2014 para sustar a norma da Anvisa.

A agência, então, editou resolução autorizando a produção industrial e a manipulação de anorexígenos, mas definindo normas de comercialização e controle, como retenção de receita e assinatura de termos de responsabilidade.

Agora a autorização consta de lei.



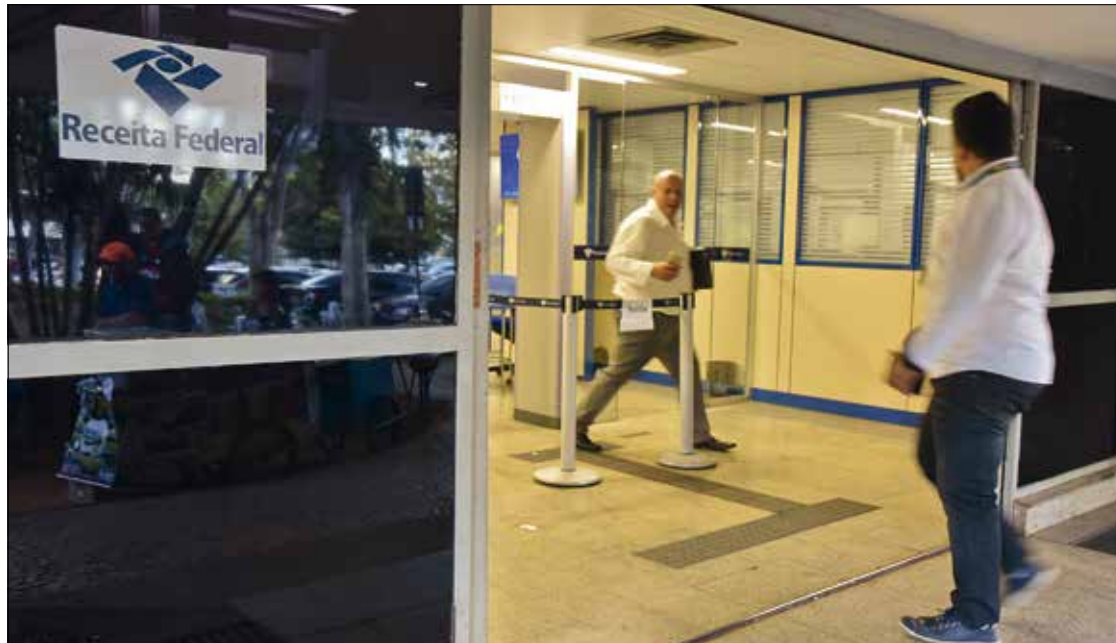
# Estudo aponta queda de 1% na receita em maio

Instituição Fiscal Independente adverte que leve recuperação econômica nos últimos 12 meses nem sempre está ligada a atividades produtivas

A ARRECADAÇÃO FEDERAL teve queda real de 1% em maio na comparação com o mesmo mês de 2016, apresentando resultado abaixo das expectativas do mercado e o pior desempenho no mês desde 2011, aponta a nota técnica da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

Porém, a evolução no ano e em 12 meses sugere leve recuperação. No entanto, a análise dos últimos resultados requer alguns cuidados, segundo os autores do estudo, Daniel Couri, analista da IFI, e Gabriel Barros, diretor-adjunto do órgão.

O desempenho parece não ser homogêneo entre todos os setores da economia. Além disso, continua a nota, deve-se levar em conta os efeitos de fatores não diretamente ligados à atividade, como determinadas receitas não



Arrecadação do governo foi impactada pelo recuo da tributação sobre produção, lucros e faturamento, aponta relatório

recorrentes ou administradas por outros órgãos federais.

## Fraco desempenho

O que provocou essa queda real no desempenho da receita, segundo os economistas da IFI, foi o recuo da tributação sobre produção, lucros e faturamento, respectivamente 18,5%, 13,5% e 1,4% em termos reais. Apesar da baixa participação dos tributos incidentes

sobre produção na arrecadação federal (cerca de 2,5% do total), a queda acentuada influenciou no resultado geral da receita. Também contribuiu a queda de 5,5% dos tributos mais relevantes na composição da receita, como sobre lucratividade (10% do total) e faturamento (22%), conforme a nota técnica.

“O resultado mensal (de R\$ 97,7 bilhões) frustrou as

expectativas dos agentes econômicos. Segundo dados do Prisma Fiscal, coletados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a mediana das expectativas apontava arrecadação de R\$ 100,5 bilhões no mês”, informam os autores. O resultado acumulado nos cinco primeiros meses deste ano mostrou modesto crescimento, bastante influenciado

pelo elevado recolhimento de royalties e participação especial de petróleo nos meses de janeiro e abril.

## Heterogêneo

Para o acumulado em 12 meses, a taxa de crescimento real da arrecadação foi de 0,3%, sendo o segundo resultado positivo consecutivo após 29 meses de queda. Esse comportamento poderia apontar “recuperação correlacionada à melhora do quadro econômico do país”. Mas, segundo os economistas da IFI, essa análise mais imediata não captura importantes aspectos do desempenho recente das receitas federais.

Eles observam que o desempenho não tem sido homogêneo entre todos os setores da economia e que o resultado da arrecadação sobre lucros e faturamento vem sendo muito impactado pelo setor financeiro, especialmente no primeiro trimestre deste ano. No entanto, continua a nota, o desempenho no último bimestre mostrou queda expressiva da receita do setor financeiro.

## Câmara deve analisar emendas a MP sobre regularização fundiária, diz STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou que a medida provisória que trata de regularização fundiária seja devolvida à Câmara. Cabe recurso contra a decisão. A MP 759/2016 aguarda sanção ou veto do presidente da República, Michel Temer, desde 13 de junho.

Barroso acatou pedido de liminar apresentado por senadores e deputados do PT, segundo os quais a medida sofreu alterações de mérito no Plenário do Senado, onde foi aprovada em 31 de maio — perdia a vigência no dia seguinte. O Plenário da Câmara havia apreciado o texto uma semana antes, em 24 de maio.

No pedido de liminar, os parlamentares afirmam que oito emendas aprovadas pela comissão mista que analisou a MP tiveram o sentido alterado após serem aprovadas pelo Plenário do Senado na forma de emendas de redação. Assim, dizem os autores, o texto deveria ter retornado para nova apreciação pela Câmara.

## Alterações

Na decisão, Barroso concordou que houve alterações de conteúdo promovidas pelo Senado em relação ao texto aprovado pela Câmara.

— Projeto emendado na Casa revisora deve ser devolvido à apreciação da Casa

iniciadora, que deve então deliberar sobre as modificações — avaliou o ministro.

Barroso também decidiu suspender os efeitos da aprovação da MP. Deu prazo de dez dias, após o recebimento da decisão, para que a Câmara analise as alterações do Senado. Nesse período, permanece em vigor o texto original da MP.

Vice-líder do PT e um dos autores do pedido ao STF, o deputado Afonso Florence (BA) afirmou que a decisão de Barroso “evita um golpe de alteração de mérito por meio de emenda de redação”. Segundo ele, a MP foi objeto de disputa política, por permitir a comercialização de terras públicas sem segurança jurídica.

— Vamos obstruir e rejeitar dispositivos que consideramos contrários aos interesses nacionais.

O deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que presidiu a comissão mista da MP, disse que, para solucionar o impasse, o Executivo poderia vetar os artigos emendados pelo Senado. Mas que o texto também pode ser votado na Câmara nesta semana, “rapidamente e sem dificuldade”.

— Mas acho que o assunto será contornado junto ao Supremo, com o compromisso de vetar aquilo que está citado na decisão [de Barroso] — avaliou.

Da Agência Câmara

## Urgência sobre sigilo bancário divide senadores

A votação do requerimento de urgência para tramitação do projeto que acaba com o sigilo bancário das operações de financiamento do BNDES tem dividido os senadores.

Desde o fim de maio, Lasier Martins (PSD-RS), autor do PLS 7/2016, vem cobrando a votação da urgência, mas ainda não foi atendido. Na terça-feira, Lindbergh Farias (PT-RJ) e Armando Monteiro (PTB-PE) foram contrários à votação e pediram mais tempo para analisar o texto.

Lindbergh se disse preocupado com a exposição de empresas que vierem a fazer financiamento com o BNDES. Segundo ele, a legislação garante sigilo aos tomadores de empréstimo e a mudança da lei pode fazer com que o BNDES perca sua função de financiador.

— Eu dou o exemplo da Embraer. A Embraer é uma empresa nacional de sucesso. Imagina a Embraer abrir suas estratégias, seu nível de endividamento? É desnecessário.

Armando ressaltou que o projeto pode desequilibrar o mercado deixando algumas empresas mais vulneráveis em relação à concorrência.

— Você pode expor posições em detrimento da empresa. Acho que a discussão é pertinente, mas há de se fazer com absoluto cuidado, para não se criar uma assimetria que, de resto, terminará por prejudicar o próprio banco — disse.

Para Lasier, o verdadeiro motivo pelo qual os parlamentares não querem votar a proposta é o medo do efeito retroativo: de que sejam buscados no passado todos os desvios que foram feitos.

— E aí, vão pegar o Lula, pegar a Dilma, principalmente esses dois, porque bem lá atrás talvez até o Fernando Henrique tenha cometido alguma coisa e o próprio Temer estava sendo conivente com algumas coisas. Eles não querem deixar descobrir o que eles fizeram de “bandalheira”. É por isso que eu estou inconformado e, na semana que vem, vou pedir a votação de novo — disse.

## Caixa-preta

Segundo Lasier, hoje os empréstimos do BNDES são uma verdadeira caixa-preta. As informações atualmente disponíveis, explicou, são insuficientes para caracterizar a devida transparência, inclusive sobre empréstimo para países estrangeiros.

— A motivação desse projeto é porque há muitos anos havia uma desconfiança dos brasileiros de que o BNDES vinha sendo usado, usurpado, abusado há muito tempo em financiamentos com irregularidades, com superfaturamentos e com um desprezo às obras nacionais — disse.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), defendeu a votação do requere-

rimento, afirmando que este é o momento de passar o país a limpo e que a transparência é o caminho para a mudança.

— Esse projeto tem que ser votado o quanto antes. Já devia ter sido votado. Transparência é palavra-chave para impedir o uso político do BNDES, como vinha acontecendo nos últimos anos — disse.

## Tramitação

O PLS 7/2016 foi aprovado na CCJ em dezembro de 2016, mas, como recebeu emenda de Plenário do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), retornou à comissão para nova análise e está parado. Se aprovado o requerimento de urgência, a texto pode já ir ao Plenário.

A proposta, na forma como foi aprovada na CCJ, prevê que empréstimos concedidos não só pelo BNDES, mas também por outros bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa, poderão perder o sigilo.

O projeto prevê duas condicionantes para a publicização desses negócios: devem envolver subvenções ou operações de crédito subsidiadas com recursos públicos e beneficiar pessoas jurídicas ou entes públicos nacionais ou estrangeiros.

O relator acolheu parcialmente emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que mantém sob sigilo as estratégias comerciais da empresa beneficiada pelo empréstimo.